

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.831.991 - RS (2019/0240127-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**EMBARGANTE** : **WERNO LOHMANN**  
**ADVOGADOS** : **RUI INÁCIO HOSS - RS029903**  
                  **ANDRÉ LUDWIG - RS043622**  
**EMBARGADO** : **BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS** : **MAURÍCIO PEREIRA PRÉVE - SC015655**  
                  **JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - RS095750A**  
                  **SERVIO TULIO DE BARCELOS E OUTRO(S) - RS095803A**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração (e-STJ fls. 213/214) opostos à decisão desta relatoria que deu provimento ao recurso especial "para determinar a suspensão integral do cumprimento provisório de sentença em curso, até o julgamento dos Embargos de Divergência no REsp n. 1.319.232/DF ou até a cassação do efeito suspensivo que lhe foi atribuído" (e-STJ fl. 209)

O embargante alega existência de contradição, sob o argumento de que "no dia 16 de outubro de 2019 foi concluído o julgamento dos Embargos de Divergência da União Federal que havia conferido efeito suspensivo ao REsp 1.319.232 em Sessão da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça e, nos termos do voto da Min. Rel. Nancy Andrichi serão aplicados juros de atualização conforme a caderneta de poupança" (e-STJ fl. 214).

Ao final, requerem o acolhimento dos embargos para sanar o vício apontado, e determinar o prosseguimento do feito, na origem.

Houve impugnação (e-STJ fls. 251/252).

É o relatório.

Decido.

Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 1.022 do CPC/2015.

À respeito da suposta contradição, o embargante noticiou que o EREsp n. 1.319.232/DF foi julgado pela Corte Especial em 16/10/2019. A decisão foi publicada em 30/10/2019.

Desse modo, segundo os termos do próprio dispositivo da decisão embargada, com o julgamento dos Embargos de Divergência no REsp n. 1.319.232/DF, não há mais se falar na suspensão da execução provisória, motivo pelo qual deve a mesma seguir seu trâmite normal

# *Superior Tribunal de Justiça*

no juízo de origem.

Em face do exposto, ACOLHO os embargos de declaração, com efeitos infringentes, para, nos termos acima, afastar a suspensão da execução provisória.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator